



A Internacionalização na Universidade Brasileira:
Resultados do Questionário Aplicado pela CAPES



Outubro, 2017

Ministério da Educação
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**A internacionalização na Universidade Brasileira: resultados do questionário
aplicado pela Capes.**

Edição e composição:
Diretoria de Relações Internacionais

Data da publicação: Brasília, 31 de Outubro 2017

Ministro da Educação
JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO
Presidente da CAPES
ABÍLIO BAETA NEVES
Diretora de Avaliação
RITA DE CASSIA BARRADAS BARATA
Diretor de Programas e Bolsas no País
GERALDO NUNES SOBRINHO
Diretora de Relações Internacionais
CONCEPTA MARGARET MCMANUS PIMENTEL
Diretor de Formação de Professores da Educação Básica
MARCELO CÂMARA DOS SANTOS
Diretor de Educação a Distância
CARLOS CEZAR MODERNELE LENUZZA
Diretor de Tecnologia da Informação
SANDRO DE OLIVEIRA ARAÚJO
Diretor de Gestão
ANDERSON LOZI DA ROCHA

Equipe Técnica

Elaboração do Questionário

Marilene Maria Augusto Vieira, Andréa Carvalho Vieira, Vanessa Fernandes de Araújo Vargas, Patricio Pereira Marinho, Jussara Pereira Prado, Helena Cristina Carneiro Cavalcanti de Albuquerque, Adi Balbinot Junior, Cyntia Sandes Oliveira, Henrique Carlos de Oliveira de Castro, Sônia Nair Bão, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, Isac Almeida Medeiros.

Codificação das respostas

Danielle de Assis Faria, Walner Mamede Júnior, Luzia Lima Guimarães, Soraia de Queiroz Costa, Claudio Alberto de Andrade Florentino, Amanda Pereira Ferraz, Henrique Carlos de Oliveira de Castro, Carla Mendonça, com o apoio dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – UFRGS (Ana Julia Bernardi, Daniel Oliva, Felipe Zorzi, Flávio Busnello, Jéssica Duarte, Lauro Almeida, Maíra Costa, Tiago Vier, Adriana Albanus, Giovanni Roggia, Roberta Preussler, Rodrigo Enrich de Castro).

Tratamento dos dados, análises e confecção do relatório

Danielle de Assis Faria, Cyntia Sandes Oliveira, Henrique Carlos de Oliveira de Castro, Concepta Margaret McManus Pimentel



Ministério da Educação
Governou Federal

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos professores, consultores *ad hoc* e servidores da Capes envolvidos na preparação do questionário, análise dos dados e confecção desse relatório. Agradecemos também aos estudantes do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que parametrizaram os dados discursivos. Finalmente, a todos os Pró-Reitores de Pós-Graduação e funcionários das Instituições de Ensino Superior Brasileiras se disponibilizaram a reunir os dados sobre internacionalização em suas instituições.

RESUMO

O presente documento apresenta os resultados da pesquisa sobre internacionalização enviada às instituições de ensino superior brasileiras (IES) que possuem programa de pós-graduação avaliado pela Capes com nota de 3 a 7. O relatório foi dividido nos dois pontos principais do questionário respondido pelas IES: (1) situação atual de internacionalização da Instituição e (2) projeto de internacionalização. A partir da análise das respostas ao questionário, evidencia-se que o processo de internacionalização nas instituições brasileiras não é mais incipiente, porém são necessários ajustes a esse processo para torna-lo mais eficiente. A internacionalização das IES tem o potencial de transformar as vidas de estudantes e tem um papel cada vez maior para ciência através da intensa troca de conhecimento acadêmico, permitindo assim a construção de capacidades sociais e econômicas.

SUMÁRIO

Agradecimentos	3
Resumo	4
Introdução	6
Metodologia	8
<i>Preenchimento</i>	8
<i>Cruzamento interno de dados</i>	9
<i>Formação de agrupamentos</i>	9
<i>Critério final para formação de agrupamentos</i>	10
Resultados	15
Situação atual de internacionalização das instituições	15
<i>Programas Capes</i>	15
<i>Metas de Crescimento indicadas pelas IES</i>	16
<i>Cooperação e parceria Internacional</i>	19
<i>Política de internacionalização atual</i>	25
<i>Política de egressos e recepção de estrangeiros</i>	31
Projeto de internacionalização	35
Conclusões	44
Anexo	47

A cooperação internacional é um componente estratégico da missão da Capes. Portanto, a sua Diretoria de Relações Internacionais (DRI), atua na formação de recursos humanos de alto nível com a inserção de brasileiros no meio acadêmico, científico e tecnológico internacional. A internacionalização é encorajada de uma maneira ampla, não apenas através da mobilidade de discentes e docentes, mas também na troca de ideias, na integração da dimensão internacional ao ensino, pesquisa e extensão, funções das instituições de ensino superior.

A internacionalização pode ser entendida enquanto um processo amplo e dinâmico envolvendo ensino, pesquisa e prestação de serviços para a sociedade, além de construir um recurso para tornar a educação superior responsiva aos requisitos e desafios de uma sociedade globalizada. É o estágio mais elevado das relações internacionais entre as universidades. Conceitualmente, podemos dividi-la em dois tipos: a passiva, onde ocorre a mobilidade de docentes e discentes para o exterior; e a ativa, onde o fluxo é inverso.

Com a criação do programa Ciência sem Fronteiras (CsF), a partir do ano de 2012, o número de bolsas em todas as modalidades, do tipo de internacionalização passiva, cresceu significativamente em proporções numéricas inéditas em um curto período de tempo. As bolsas de estudo concedidas aos brasileiros foram alocadas em quase todos os países do mundo, com maior concentração na Europa e América do Norte. Da mesma forma ocorrendo com as bolsas da categoria de mobilidade ativa, embora tenha obtido um crescimento em menores proporções.

Diante do investimento e da importância de ações de internacionalização, bem como da busca de executar melhorias nesse processo, com ações propositivas e efetivas, a Capes criou um questionário com perguntas sobre o nível atual de internacionalização das instituições e as metas para um período futuro de 4 anos. O questionário foi amplo e procurou abranger todos os possíveis elementos envolvidos no processo de internacionalização dentro da instituição: docentes, discentes, corpo técnico, infraestrutura, planejamento, programas, etc.

A partir da análise dos resultados da pesquisa realizada, a Capes, por meio da Diretoria de Relações Internacionais, pretende lançar as bases para novo programa

fundamentado na realidade das instituições de ensino superior brasileiras (IES), que permita seu empoderamento por meio da promoção e fortalecimento de suas estratégias de internacionalização. É importante tornar as IES brasileiras mais proativas no seu processo de internacionalização, para que possam beneficiar-se ainda mais da expansão do seu impacto institucional e da apropriação dos conhecimentos adquiridos no exterior, considerando, inclusive, o impacto no setor produtivo desde o fomento ao desenvolvimento tecnológico e da inovação.

Para esse novo programa, a proposta é que as IES definam seus parceiros nacionais e internacionais e apresentem suas propostas de internacionalização. Essas deverão contar com infraestrutura para internacionalização, utilização de idiomas estrangeiros, escritório de relações internacionais, projetos para receber estudantes/pesquisadores estrangeiros, treinamento da sua equipe técnica, apropriação do conhecimento adquirido pelo bolsista após o retorno ao país, entre outras ações, que vão além da mobilidade ativa e passiva de docentes e discentes, construindo um ambiente internacional no dia a dia da Universidade.

O presente documento apresenta os resultados da pesquisa sobre internacionalização enviada às instituições. Além disso, será discorrido aqui a metodologia de análise de dados utilizada. O relatório foi dividido nos dois pontos principais do questionário, (1) situação atual de internacionalização da Instituição e (2) projeto de internacionalização. Devido à extensão do questionário alguns gráficos e resultados serão apresentados no anexo.

Após a expansão das ações de mobilidade internacional provocada pelo Programa CsF, é fundamental realizar o diagnóstico da atual situação de internacionalização das IES brasileiras. Um dos objetivos deste questionário é fornecer à Capes o conhecimento sobre esta situação, com foco na internacionalização das IES brasileiras com curso de pós-graduação *stricto sensu*. O foco é dado aos cursos de pós-graduação *stricto sensu* considerando que eles são o elemento primordial da missão institucional da Capes. Aproveitando o questionário, a Capes levantou questões também sobre os planos e metas das IES para um futuro próximo de quatro anos.

O questionário foi elaborado por uma equipe de coordenadores e assessores da Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da Capes em conjunto com consultores *ad hoc* de IES brasileiras. Com o desmembrando de algumas questões, dado o número de variáveis apresentadas pelas IES, o questionário constava cerca de 98 itens, porém podemos dizer que, efetivamente, esse número equivalia à metade, pois grande parte deles tratavam de números atuais e metas para 2020.

Preenchimento

Um link para preenchimento do questionário foi enviado para 430 Instituições com programa de pós-graduação e pesquisa reconhecidos pela Capes. O pró-reitor de pós-graduação e pesquisa de cada instituição foi o responsável por reunir os dados e supervisionar o processo de envio das respostas do questionário à Capes. Em maio de 2017, o processo de resposta ao questionário foi finalizado e os dados começaram então a ser analisados pela Capes. Cerca de 74,4% das instituições responderam ao questionário e 7,2% cancelaram o formulário de respostas por, provavelmente, terem encontrado alguma dificuldade técnica no momento de enviar os dados. Essas porcentagens indicam o elevado número de respostas positivas que foram alcançadas com a consulta.

Cruzamento interno de dados

Com o total de 320 questionários respondidos, ou seja, 320 IES distintas, foi realizado um cruzamento do ID da IES dentro da Plataforma Sucupira (<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>) onde foram resgatados dados dos cursos de pós-graduação das respectivas instituições. Após o cruzamento dos dados, foi verificado que 8 IES que responderam ao questionário não eram seu público alvo por possuírem apenas curso de pós-graduação *lato-sensu*. Com esses questionários eliminados, restaram 312 questionários (Figura 1).

O segundo cruzamento de dados foi realizado com o banco de dados interno da Capes. Foram levantados os números de bolsas PDSE (Doutorado Sanduíche no Exterior) demandadas e implementadas em 2016 pela Capes para cada IES por curso de pós-graduação e esses dados foram cruzados com os já levantados, número de cursos de pós-graduação (PPG). O número de bolsas PDSE utilizadas (aproveitamento) foi o parâmetro escolhido pela DRI por se tratar de um parâmetro que indique internacionalização da instituição.

Formação de agrupamentos

Em um primeiro momento, as respostas de todas as IES foram tratadas em conjunto, porém em algumas questões notou-se uma grande discrepância e resultados inesperados e decidiu-se, então, optar por uma divisão das instituições em grupos (agrupamentos).

A partir do resultado da consulta e do cruzamento com os dados do questionário, total de 312 questionários, foi possível formar dois grupos distintos de acordo com o número de cotas por curso de pós-graduação utilizadas pelas instituições. O primeiro agrupamento contém 249 IES e um baixo aproveitamento de cotas de PDSE, assim como um menor número de cursos de pós-graduação por instituição quando comparado com o grupo dois. O agrupamento 2 por sua vez possui 63 instituições com alto aproveitamento de cotas de PDSE e maior número de cursos de pós-graduação por instituição (Figura 1).

Das cotas de PDSE distribuídas em 2016 no agrupamento 1, 164 instituições não utilizaram as cotas solicitadas à Capes. Devido ao número elevado de instituições desse

agrupamento que não utilizaram as cotas, ficou decidido que esse não seria o critério para eliminação dessas instituições da análise (Figura 1).

Critério final para formação de agrupamentos

O questionário abrangeu, em sua maioria, dois tipos de questões: quantitativas e discursivas. A grande desvantagem da opção por incluir questões discursivas, foi a dificuldade de categorizar as respostas de forma que uma análise mais metódica fosse realizada. A presença de respostas incoerentes, incompletas, e até mesmo, não interpretáveis foi considerável. Quando se observou que a utilização de cotas de PDSE reduziria consideravelmente o número de instituições no agrupamento 1, optou-se por usar o fator respostas aproveitadas às questões discursivas como critério para eliminação de IES dentro dos agrupamentos.

Dessa forma e como resultado final, o agrupamento 1 contém 198 IES com a maior parte das questões discursivas aproveitadas e o agrupamento 2 contém 48 IES com a maior parte das questões discursivas aproveitadas (Figura 1). A utilização de IES no agrupamento 1 que não utilizaram cotas de PDSE em 2016 não descaracterizou o agrupamento em termos da primeira análise.

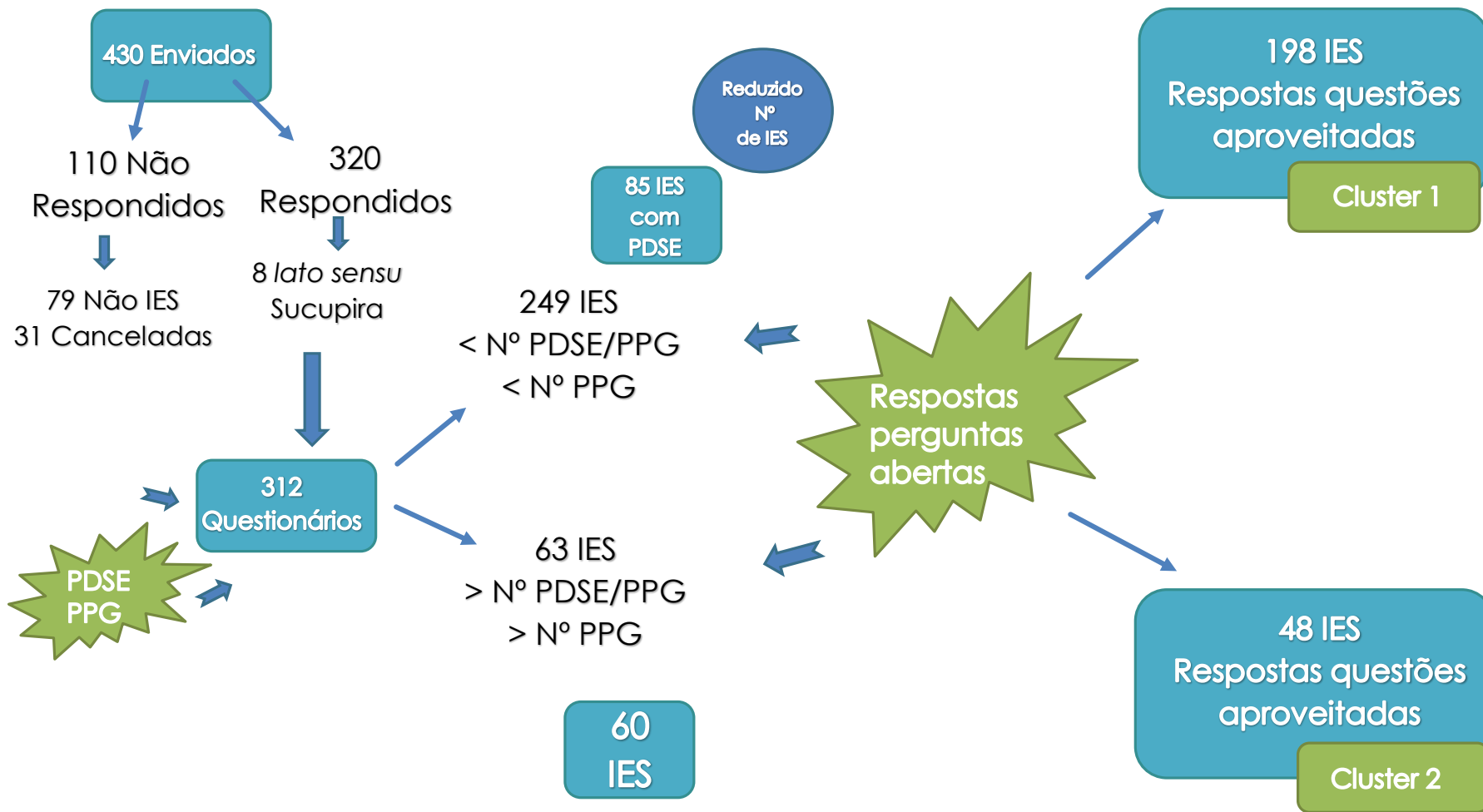


Figura 1 - Fluxograma ilustrativo do processo de avaliação dos questionários e análise dos dados.

Tabela 1 – Características básicas dos dois agrupamentos utilizados nas análises de partes dos dados do questionário.

Agrupamento	Nº IES	Média PPG	Média PDSE	PDSE/PPG
1	198	5,23	5,85 (N = 85)	67%
2	48	56,81	75,7 (N = 48)	100%

A tabela 1 ilustra alguns valores da demanda e distribuição de cotas PDSE entre as instituições. Lembrando que, para o agrupamento 1, 164 instituições não utilizaram cotas e por esse motivo a média de cotas utilizadas por essas IES foi feita sobre o total de 85 IES que utilizaram as cotas. No agrupamento 2, a taxa de utilização de cotas por programa de pós-graduação ultrapassou 100%, indicando que as instituições desse agrupamento, em média, implementaram cotas adicionais de bolsa PDSE ao longo do ano de 2016. O agrupamento 1 é composto, de maneira geral, por instituições menores, com número reduzido de cursos de pós-graduação e baixa utilização das cotas disponíveis do PDSE. O agrupamento 2 é composto por um menor número de instituições, porém com maior número de cursos de pós-graduação por instituição e com 100% de aproveitamento das bolsas de PDSE disponibilizadas pela Capes.

Tabela 2 – Número de solicitações de bolsas individuais por país (%) no ano de 2016.

	Modalidade de Bolsa (%)				Total
	Doutorado	Estágio Sênior	PDSE	Pós-doc	
Estados Unidos	12,9	24	24,2	22,9	21,0
Portugal	25,4	18,4	16,8	19,4	20,0
Reino Unido	18,3	10	7,5	9,2	11,2
França	6,6	12,9	9,1	10,2	9,7
Espanha	6,8	9,1	11,1	10,1	9,3
Canadá	8,4	5,5	6,3	5,9	6,5
Itália	3,2	4	4	4,1	3,8
Alemanha	2,9	3	4,3	4,1	3,6
Austrália	3,6	2,4	3,2	3	3,0
Holanda	3,3	2,9	1,9	1,9	2,5
Irlanda	2,9	0,1	0,6	0,6	1,0

A tabela 2 contém a média da porcentagem do número de bolsas individuais por país solicitadas à DRI no ano de 2016 em cada modalidade. Além de evidenciar os Estados Unidos como principal destino, a tabela demonstra a escolha da modalidade PDSE nas análises por ser uma das modalidades mais solicitadas pelas instituições. Evidencia ainda Portugal em segundo lugar com 1% a menos somente que os EUA na porcentagem de solicitação de bolsas em 2016. Também pertence à Portugal a maior porcentagem de bolsas de doutorado pleno solicitadas.

A divisão em dois agrupamentos foi utilizada em perguntas em que se pode observar uma diferença de tendência entre os agrupamentos no momento da resposta. As demais questões onde essa tendência não ocorre foi analisado o resultado do conjunto de IES.

As questões discursivas, foram categorizadas por meio de análise de conteúdo das respostas. Posteriormente, atribuiu-se à categorização, valores numéricos. A codificação foi inserida no software SPSS.

Por fim, os resultados a seguir foram organizados em subtemas para facilitar o entendimento. Esses resultados são o retrato da situação da internacionalização das instituições brasileiras após o programa CsF ou, ainda, como elas se declaram sobre o assunto. Além disso, mostra as metas e prioridades das IES e permitirá a Capes avaliar se essas estão alinhadas com os objetivos e planejamento do novo programa de internacionalização a ser desenvolvido.

SITUAÇÃO ATUAL DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

A primeira parte do questionário aborda a internacionalização nas diversas áreas do conhecimento das instituições, tanto em termos de mobilidade de discentes e docentes, quanto em termos técnicos e cooperação internacional. Para cada um desses pontos levantados no questionário, foi também questionada a meta para 2020. Assumindo que estamos em um processo de aumento pelo interesse na internacionalização das instituições, espera-se que as metas sejam sempre maiores do que os valores atuais para cada um dos parâmetros levantados. Porém a tendência das respostas nem sempre foram nesse sentido.

Programas Capes

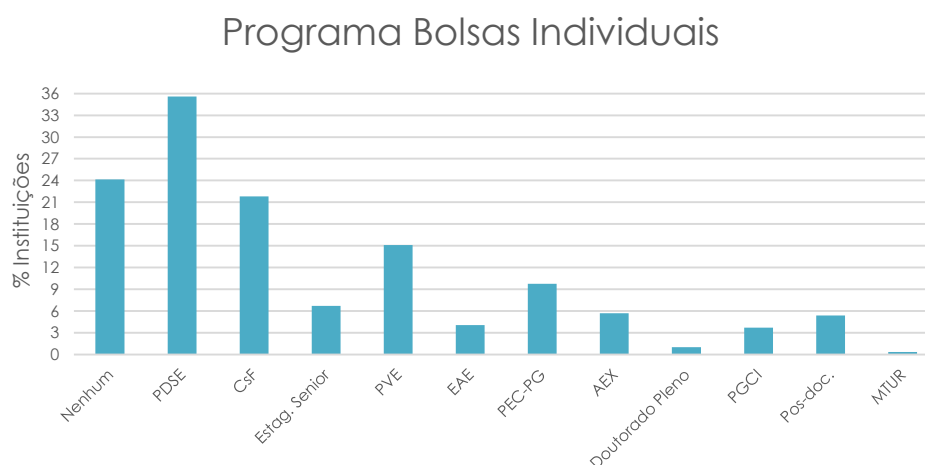


Figura 2 – Programa de Bolsas Individuais listados pelas IES dos quais afirmaram participar atualmente, em porcentagem.

Inicialmente foi solicitado às instituições que listassem os programas internacionais da Capes dos quais participam e diversos programas foram citados, aqui ressaltamos os programas de bolsas individuais (Figura 2), mas também foram citados programas bilaterais com Europa e com América do Norte, programas bilaterais com

Cone Sul e África, e as Cátedras (Anexo). Porém muitas instituições que sabidamente pelos bancos de dados da Capes possuem outros programas com a Fundação não os citaram, e, além disso, um grande número de instituições citaram programas que pertencem a outras diretorias da Capes e a outras instituições de fomento que não a Capes (Anexo). O programa de bolsa individual mais utilizado foi o Doutorado Sanduíche (35,7%), apesar de todas as instituições do país receberem essa modalidade de bolsa, cerca de 24% afirmou que não participa de nenhum programa da Capes. O programa Ciência sem Fronteiras (CsF) foi o segundo programa mais citado (22%), mas aqui o CsF foi categorizado como um só programa, independentemente das diferentes modalidades de fomento nele especificadas. A modalidade em menor frequência de citação ($\pm 1\%$) foi a de bolsas MTUR (Ministério do Turismo) que consiste em um tipo de fomento voltado à realização de estudos de graduação sanduíche de 3 meses no exterior (para estudantes de turismo), que na realidade, tem apenas sua gestão realizada pela Capes. O programa de bolsa individual no exterior da Capes menos citado é o doutorado pleno, com cerca de 2% de menções, já o programa Capes-Cofecub, acordo bilateral entre Brasil e França, foi um dos mais citados (16,5%) na categoria programa da DRI (Anexo).

Metas de Crescimento indicadas pelas IES

Um grupo de perguntas direcionados às instituições foi colocado para verificar o status do processo de internacionalização principalmente após o grande incentivo concedido por meio do programa CsF, onde as instituições de todo o país foram contempladas nas mais diversas áreas do conhecimento com as mais diferentes modalidades de bolsa. Além da situação em termos de internacionalização das IES as perguntas continham uma segunda parte que incluíam as metas até o ano de 2020. Foi possível, assim, traçar o plano de crescimento das instituições para alguns indicadores de internacionalização.

Metas de crescimento indicadas pelas IES 2016-2020

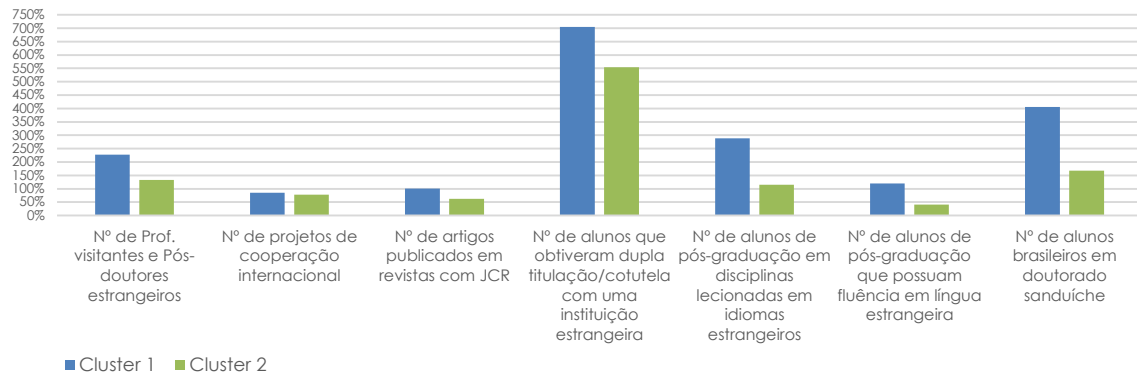


Figura 3 – Metas de crescimento indicadas pelas instituições para diferentes indicadores de internacionalização, em porcentagem, entre os anos de 2016 a 2020.

Pelo gráfico, observa-se que as porcentagens de crescimento do agrupamento 2 são mais discretas do que as do agrupamento 1 (Figura 3). Quando observamos os valores brutos das médias, podemos ver que o fator influenciador foi a resposta da situação atual do agrupamento 1. Os valores muitas vezes iguais a zero, respondidos pelas IES para o ano de 2016, fizeram a porcentagem de crescimento em relação a 2020 ser muito alta, como, por exemplo, o Nº de alunos que obtiveram dupla titulação com uma instituição estrangeira, para o qual a média do agrupamento 1 foi apenas um aluno em 2016, enquanto que do agrupamento 2 essa média foi igual a 15,8 (Tabela 3).

Outro indicador baixo é a média do N° de alunos brasileiros em doutorado sanduíche em 2016 para o agrupamento 1 (2,3), lembrando que nesse agrupamento temos 198 IES, e o PDSE é uma modalidade de bolsa concedida a todas as IES. A média do agrupamento 2 (90,3) parece mais razoável para esse indicador (Tabela 3).

Tabela 3 – Média dos indicadores de internacionalização apontados pelas instituições no ano de 2016 e a média da meta para 2020, divididas em agrupamentos.

Média dos indicadores de internacionalização apontadas pelas IES	Agrupamento 1		Agrupamento 2	
	2016	2020	2016	2020
N° de Prof. visitantes e Pós-doutores estrangeiros	2,90	9,70	60,00	139,60
% Prof. do quadro permanente que são estrangeiros	2,41	5,45	3,66	8,60
N° de projetos de cooperação internacional	14,4	26,70	143,50	256,00
N° de artigos publicados em revistas com JCR	93,80	188,00	960,00	1808,70
N° de artigos publicados com coautoria estrangeira	25,01	70,88	428,20	692,83
% aulas ministradas em outro idioma	2,41	9,80	3,23	11,61
% alunos estrangeiros matriculados regularmente na IES	3,59	6,70	2,72	6,38
% alunos estrangeiros regulares na pós-graduação	2,30	7,91	3,38	7,90
% alunos estrangeiros temporários na pós-graduação	1,00	7,36	5,83	18,64
N° de alunos que obtiveram dupla titulação/cotutela com uma instituição estrangeira	1,00	8,20	15,80	103,00
N° de alunos de pós-graduação em disciplinas lecionadas em idiomas estrangeiros	15,00	58,50	313,00	674,30
N° de alunos de pós-graduação que possuam fluência em língua estrangeira	53,10	116,5	1567,60	2214,00
N° de alunos brasileiros em doutorado sanduíche	2,30	11,70	90,30	241,90
% corpo técnico com fluência em outros idiomas	16,14	34,45	8,13	28,72

A tabela 3 que mostra a média dos indicadores, também mostra a realidade de internacionalização nas IES. Por exemplo, indicadores de mobilidade passiva, número de publicações com coautoria estrangeira, número de publicações em revistas JCR e ainda número de convênios e acordos com países estrangeiros, são indicadores com valores altos em ambos os agrupamentos, porém o agrupamento 2 com valores maiores que o agrupamento 1. Já se observarmos outros indicadores como: percentual do corpo técnico com fluência em outros idiomas, percentual de aulas ministradas em outro idioma, número de alunos da pós-graduação participando de disciplinas lecionadas em línguas estrangeiras e o percentual de alunos estrangeiros matriculados na pós-graduação, os médias são bem modestas e para alguns indicadores sem diferença significativa entre os agrupamentos.

Considerando esses indicadores verdadeiros, esse resultado demonstra que a internacionalização da IES brasileira é incipiente quando se trata de parâmetros internos do campus, independentemente do agrupamento. O nível de internacionalização das IES do agrupamento 1 é muito baixo, e mesmo a projeção para o ano de 2020 de quase dobrar ou triplicar esses indicadores, os números continuam bem abaixo dos números do atuais do agrupamento 2, para aqueles índices relacionados a mobilidade passiva, convênios e publicações.

Cooperação e parceria Internacional

A cooperação e parceria das instituições brasileiras com instituições de pesquisa e ensino internacionais podem ser realizadas das mais diferentes maneiras, utilizando-se de diversas modalidades de bolsas, mobilidade de professores e corpo técnico e projetos de pesquisa em conjunto. Aqui mais uma vez cabe ressaltar que essa mobilidade pode ser ativa e passiva e a vinda de estrangeiros ao Brasil para cursos e seminários deve ser encorajada. As parcerias e o escopo de países envolvidos cresceram com o programa CsF, implementado em 2012.

Foi questionado às IES qual a porcentagem de cooperação com os países listados em uma tabela de parcerias indicadas pela Capes. Os países que foram elencados nessa listagem têm se mostrado, ao longo dos anos, melhores parceiros institucionais, seja na

qualidade das relações com a Capes, seja nos resultados das ações conjuntas com pesquisadores e IES brasileiras bem como no entendimento de cooperação internacional como uma parceria simétrica e com contrapartidas não financeiras. O país com maior percentual de cooperação citado pelas instituições foram os Estados Unidos, seguidos por França, Alemanha, Reino Unido e Canadá. Entre os menos expressivos estão a Coreia do Sul e a Rússia (Figura 4). O agrupamento 2 apresenta sempre maiores percentuais de cooperação internacional quando comparado ao agrupamento 1.

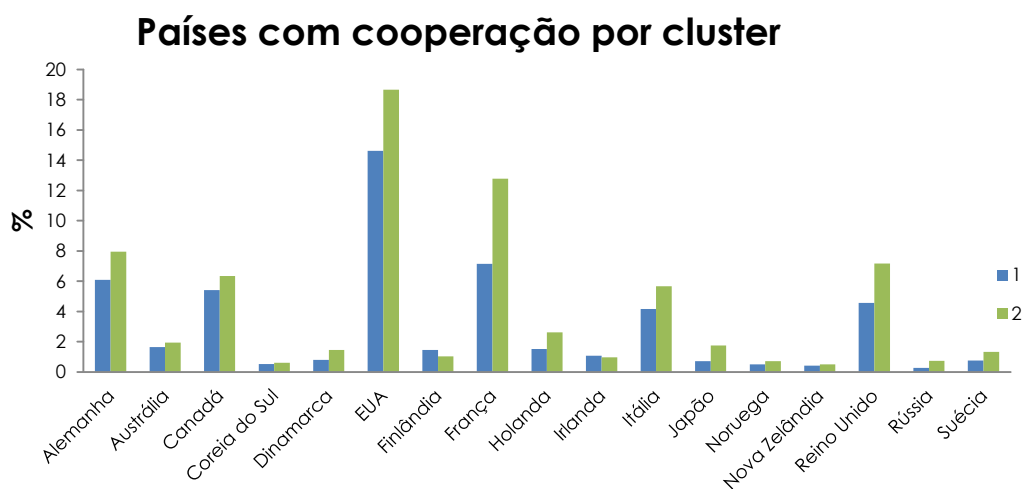


Figura 4 – Porcentagem de cooperação entre as instituições e países estrangeiros, divididas em agrupamentos.

Em outra questão, a Capes não apresentou uma lista com países, mas sim, pediu às IES que citassem e justificassem os cinco países prioritários para a internacionalização da sua instituição em ordem de prioridade. As respostas foram divididas por agrupamento e podemos verificar que o agrupamento 1 citou mais países (19) do que o agrupamento 2 (14) (Figura 5 e 6). Para o agrupamento 1, os EUA é o país prioritário em termos de colaboração, seguido da Alemanha, França, Canadá e por último Portugal (Figura 5). Com poucas diferenças, o agrupamento 2, elencou em primeiro os EUA, seguido por França, Reino Unido, Alemanha e Canadá (Figura 6). Para o agrupamento 2, a Espanha ainda teria prioridade antes de Portugal e Itália. A China foi o único país citado dentro do grupo BRICS (cinco principais economias nacionais emergentes que inclui Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), sendo que a maior parte dos países citados se encontra na Europa.

Em termos de justificativa, as instituições colocaram na seguinte ordem: acordos e parcerias, afinidade por área de conhecimento, reputação, cultura/língua, potencial de amplificação de parceria e prioridade institucional (Figura 7).

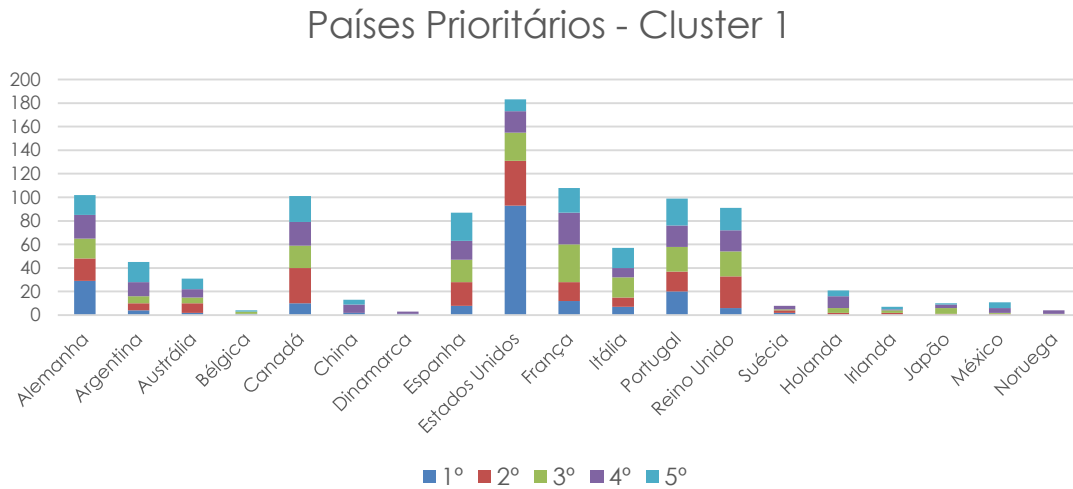


Figura 5 – Número de vezes que cada país, em ordem de prioridade, foi mencionado pelo agrupamento 1 no seu processo de internacionalização.

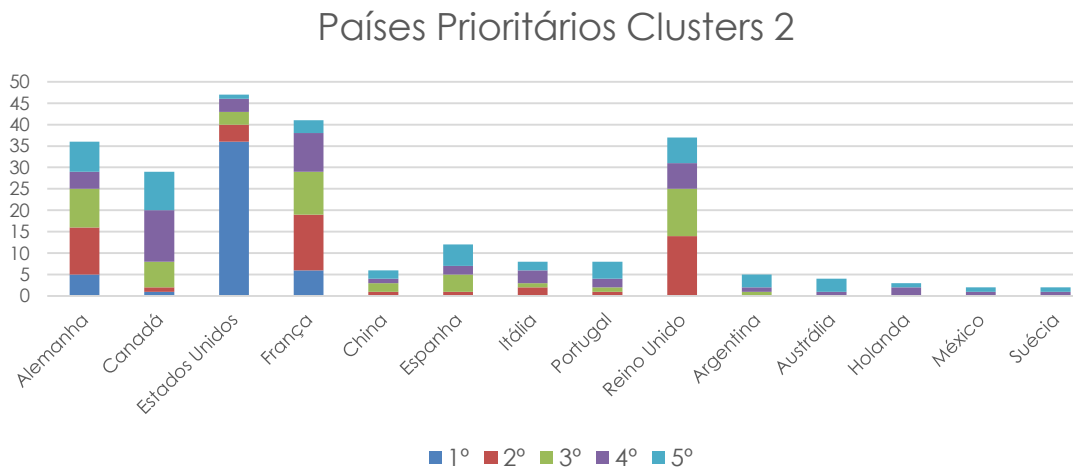


Figura 6 – Número de vezes que cada país, em ordem de prioridade, foi mencionado pelo agrupamento 2 no seu processo de internacionalização.

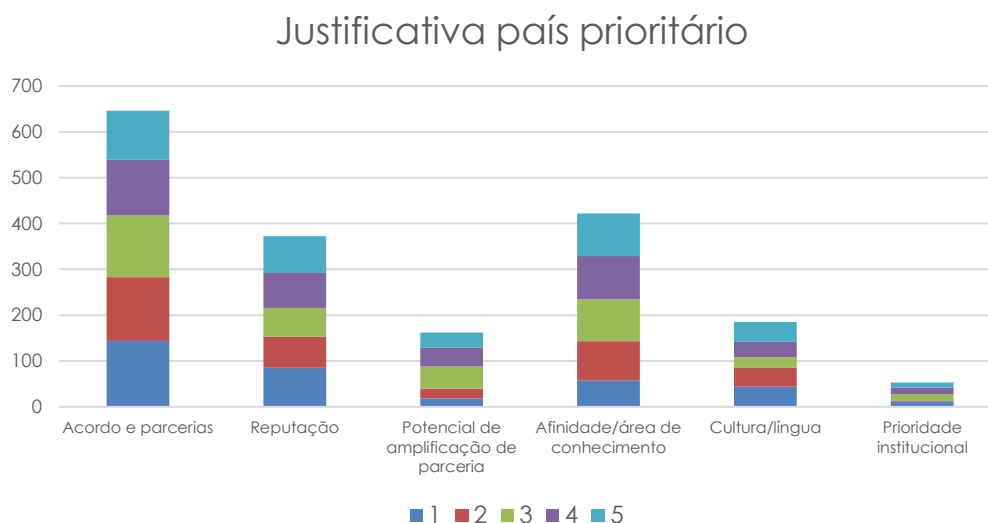


Figura 7 – Número de menções para cada umas das justificativas apresentadas pelas IES pela escolha dos países prioritários.

Dado contraditório com o apresentado pela resposta a outra pergunta do questionário, onde grande parte dos dois agrupamentos (14% do agrupamento 1 e 8% do agrupamento 2) respondeu que utiliza o eixo Sul/Sul como critério de escolha de parceiros (Figura 8).

Um quinto dos trabalhos científicos produzidos no mundo ocorre com coautorias internacionais, o que reflete que pesquisadores no mundo todo estão colaborando cada vez mais para produção de conhecimento e inovação. O fator de impacto das publicações com um determinado colaborador é um índice dinâmico que sofrerá alterações ao longo dos anos. De maneira geral, o fator de impacto de publicações brasileiras aumenta significativamente quando combinado com instituições estrangeiras.

A Plataforma SciVal (<https://www.elsevier.com/solutions/scival>), desenvolvida pela Elsevier, oferece um acesso rápido e fácil às performances de instituições de pesquisa e países no mundo todo, utilizando a base de dados Scopus. Acessando o SciVal realizamos uma análise com o objetivo de observar o fator de impacto de publicações brasileiras combinadas com parceiros estrangeiros citados pelas IES nessa pesquisa. O fator de impacto calculado aqui pelo SciVal é corrigido para o peso de cada área de atuação.

Tabela 4 – Fator de impacto combinado da publicação conjunta entre dois países (Brasil vs. país estrangeiro).

País	Fator de impacto combinado*	Fator de impacto individual*	Produção científica em colaboração Internacional %
Noruega	5,43	1,64	55,2
Dinamarca	4,74	1,83	56,8
Japão	4,49	0,96	25,5
Suécia	4,31	1,68	57,8
China	4,22	0,87	19,1
Irlanda	4,19	1,58	53,3
Holanda	3,99	1,80	55,3
Austrália	3,99	1,56	47,6
Bélgica	3,76	1,70	60,7
México	3,22	0,88	39,5
Canadá	3,21	1,50	47,4
Reino Unido	3,13	1,57	47,7
Itália	3,12	1,50	42,8
Alemanha	2,88	1,44	46,8
França	2,73	1,36	50,4
Espanha	2,70	1,29	44,0
Argentina	2,51	1,00	42,5
Estados Unidos	2,16	1,45	31,2
Portugal	1,98	1,27	48,9
Brasil		0,86	28,5

Fonte: SciVal, 2017. *Média ponderada (considerando as diferentes áreas do conhecimento)

Observando a tabela 4, concluímos que todos os países se beneficiam da colaboração, com um benefício maior para o Brasil na maior parte das vezes. China e México são as exceções com ambos os países se beneficiando igualmente. Pode-se

observar que o maior fator de impacto não é das publicações brasileiras com os EUA e sim das publicações com a Noruega, a Dinamarca, a Suécia e o Japão. A cooperação com os EUA possui um fator de impacto em média baixo, sendo maior somente do que a cooperação com Portugal entre os países citados pelas IES. O baixo fator de impacto conjunto com os EUA possivelmente reflete a grande variação de tipos de colaboração que o Brasil tem com esse país, por conseguinte, as políticas de cooperação precisam ser mais efetivas e qualitativas no momento da escolha de parceiros internacionais.

Entre os cinco países prioritários citados pelos dois agrupamentos somente o Reino Unido e Canadá possuem fator de impacto acima de 3,0, enquanto que os países citados acima possuem com o Brasil fator de impacto das publicações acima de 4,0. Uma última ressalva a ser feita sobre os fatores de impacto levantados na plataforma SciVal em agosto de 2017, é que países como Canadá, Noruega e Suécia, os quais a Capes possui editais específicos de acordos bilaterais, encontram-se entre aqueles com maiores fatores de impacto.

A figura sete demonstra a porcentagem de IES que definiram determinada política como prioritária no processo de escolha de parceiros para colaboração internacional. O agrupamento 1, em sua maioria, 18%, disse que escolhe baseado em instituições por países enquanto que 16% do agrupamento 2 escolhe prioritariamente instituições no eixo EUA/Europa.

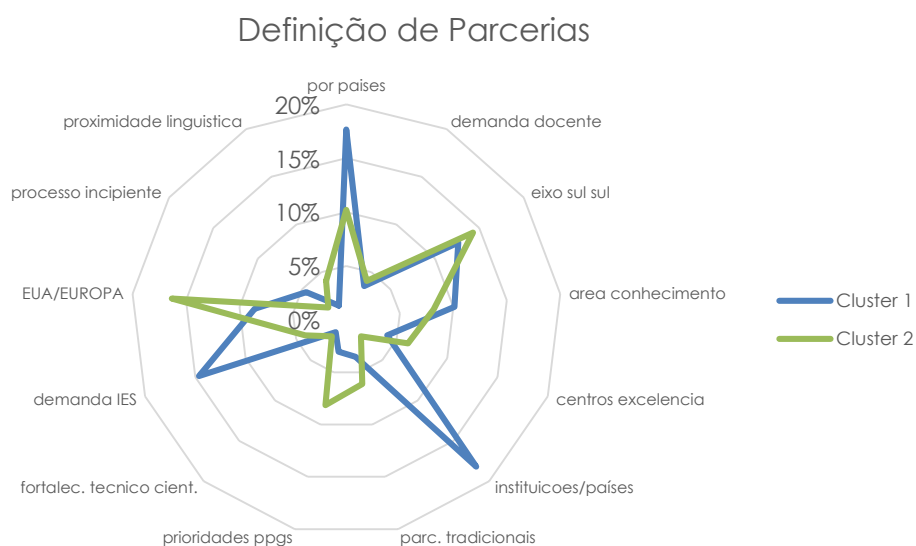


Figura 8 – Porcentagem de IES que escolheram determinada política como prioritária para o processo de internacionalização da instituição, divididas por agrupamentos.

As questões discursivas serão aqui representadas por gráficos como o da figura oito. O número de diferentes respostas a essas questões foi grande e para facilitar o entendimento representamos graficamente somente àquelas respostas que possuem maior frequência.

Política de internacionalização atual

O objetivo do grupo de perguntas a seguir foi definir as políticas adotadas atualmente pelas IES para colocar em prática as ações de internacionalização. Com o programa CsF diversas oportunidades de fomento, como projetos de colaboração e diferentes modalidades de bolsas no exterior, foram disponibilizadas, por meio de editais, pelas agências de fomento brasileiras. Esse é mais um motivo pelo qual, grande parte das IES possuem algumas políticas básicas e indicadores de internacionalização já implementados.

Quando questionadas sobre as modalidades de fomento (tipos de bolsa ou projetos de cooperação) que as IES consideram prioritárias no seu processo de internacionalização, o agrupamento 1, em sua maioria (40%), respondeu que seriam bolsas individuais PDSE (Doutorado Sanduíche), enquanto que o agrupamento 2 (40%) mencionou que a prioridade são os incentivos para docentes, e logo em seguida, com 38%, uma segunda prioridade, seriam os projetos, acordos, parcerias ou convênios (Figura 9).

Tipos de Incentivo e Fomento atual

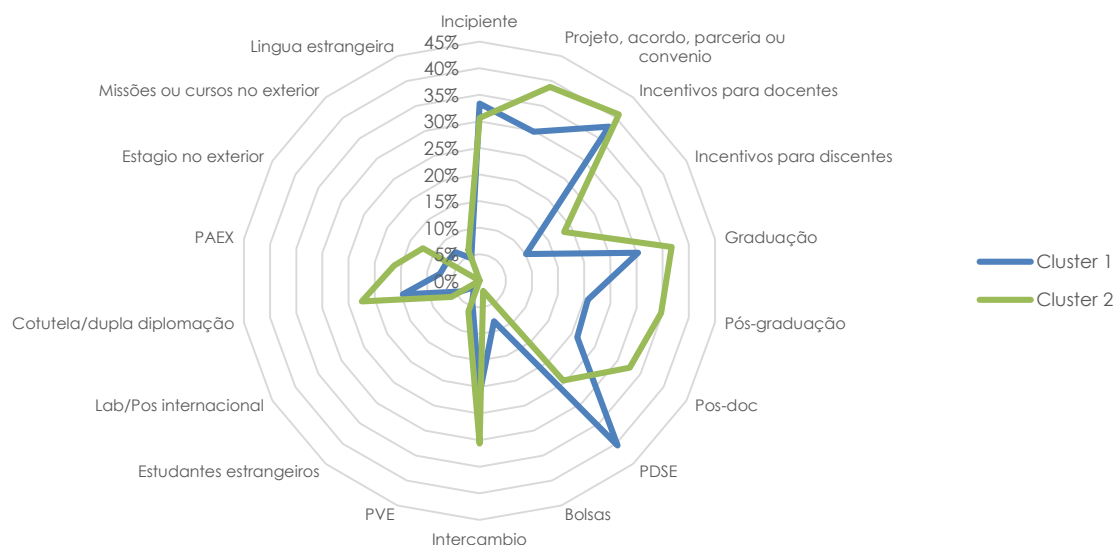


Figura 9 – Porcentagem de menções de cada tipo de fomento (modalidades de bolsa ou projetos de cooperação) considerados prioritários pelas instituições para o processo de internacionalização, divididas em agrupamentos.

Uma característica bem marcante do programa CsF que aparece citada nessa pergunta de políticas de fomento, é a bolsa para a graduação. Um total de 73.353 estudantes de graduação foram enviados para 54 diferentes países do mundo pelo programa CsF. A cotutela ou dupla diplomação aparece novamente citada com uma das porcentagens mais baixas, diferentemente do observado em países como o Canadá, que no ano de 2014, em uma pesquisa sobre internacionalização, possuía 63% das suas IES oferecendo cursos com cotutela ou dupla diplomação. A pesquisa Canadense foi conduzida pela Associação de Universidades do Canadá, com 80% das instituições participando. Os respondentes representam 85% dos estudantes universitários canadenses e 92% do fomento em pesquisa financiado pelo governo federal.

Por último, ressaltamos que as IES informam que Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) constitui tipo de incentivo e fomento prioritário por elas utilizado em seu processo de internacionalização, conforme agrupamento 1 da Figura 9. Não obstante, os dados relativos à utilização das cotas do PDSE para o ano de 2016 evidenciam que 65% dessas IES, 164 instituições, não implementaram as cotas disponibilizadas.

As grandes áreas de conhecimento consideradas prioritárias para as IES considerando um processo de internacionalização, também variaram ligeiramente entre os agrupamentos. Na figura 10, verificamos que 18,6% do agrupamento 1 indica Ciências da Saúde como área prioritária e logo após, 16,4% indicaram Ciências Humanas como segunda grande área de conhecimento prioritária. No agrupamento 2, temos as áreas de Ciências da Saúde e Engenharia e Tecnologias empatadas com 15,6% como áreas prioritárias para internacionalização.

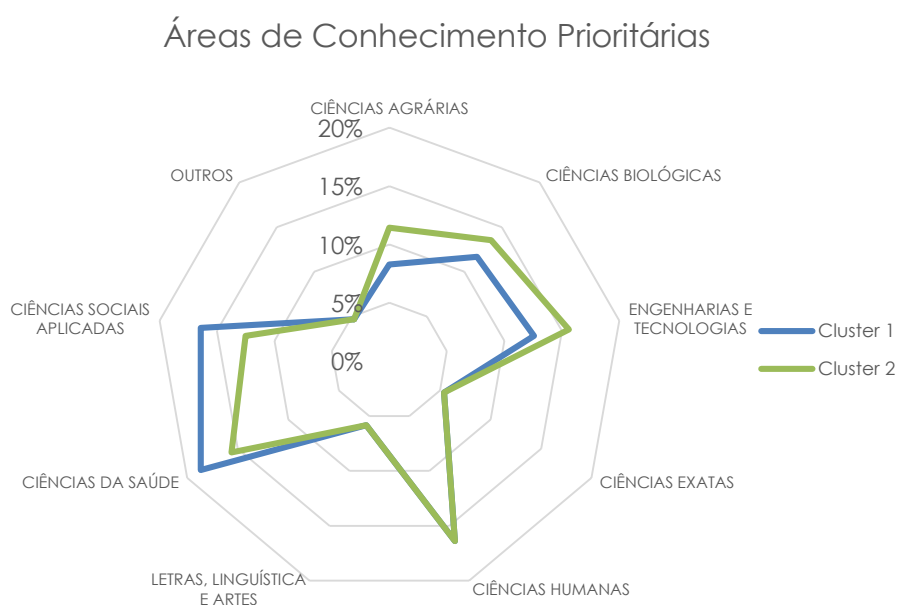


Figura 10 – Porcentagem de menções de cada grande área de conhecimento consideradas prioritárias pelas instituições para o processo de internacionalização, divididas em agrupamentos.

Sobre os critérios para seleção dos beneficiários dessas ações de fomento, as instituições do agrupamento 1, em sua maioria, indicaram que o processo é incipiente e no agrupamento 2, grande parte, 66,6%, afirmou depender dos critérios estabelecidos pelos cursos de pós-graduação (Figura 11).

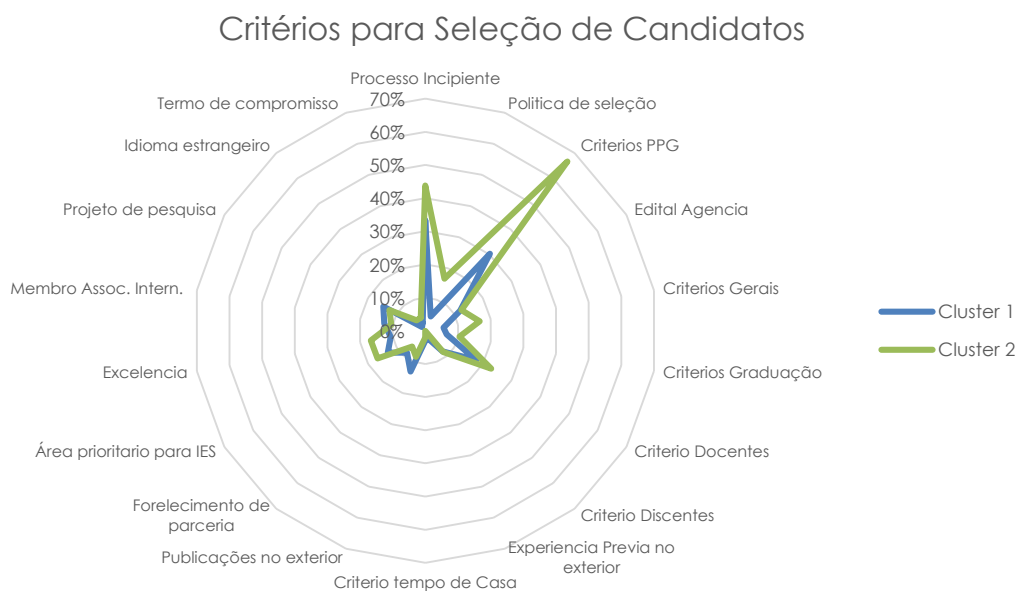


Figura 11 – Porcentagem de IES que mencionam cada critério utilizado pelas instituições para seleção dos candidatos a se tornarem beneficiários dos auxílios do processo de internacionalização.

Quando solicitamos às IES que descrevessem a situação de internacionalização baseada em três alternativas: pouco internacionalizada, medianamente internacionalizada e altamente internacionalizada; a maior parte se considerou pouco ou medianamente internacionalizada (70,3%), com oito instituições, apenas, se declarando altamente internacionalizada. Entre as instituições pouco e medianamente internacionalizadas, 52,5% não possuem plano de internacionalização integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional, e ainda, 65% das IES requisitam consultoria para construir esse plano.

Na figura 12, dividimos as instituições por agrupamentos, e fica evidente a diferenciação entre elas, com 62% do agrupamento 2 afirmando possuir um plano de internacionalização. Para o agrupamento 1, 67% das IES afirmam não possuir um plano de internacionalização, mas apenas 37% delas afirmam necessitar de consultoria para construir o plano. Ainda para o agrupamento 1, 27% não possui um escritório ou departamento de internacionalização, como podemos observar na figura 13, o que é contraditório às respostas a respeito do plano de internacionalização, onde quase 70% delas afirmam não possuir um plano.

As 48 IES do agrupamento 2 (100%) possuem um escritório designado para assuntos internacionais (Figura 13) e 72% delas também possuem uma estratégia de capacitação do corpo técnico. Refletindo a falta de escritório específico para assuntos internacionais e plano de internacionalização componente do Plano de Desenvolvimento Institucional, o agrupamento 1, não possui nenhuma estratégia (54%) para treinamento do corpo técnico (Figura 13).

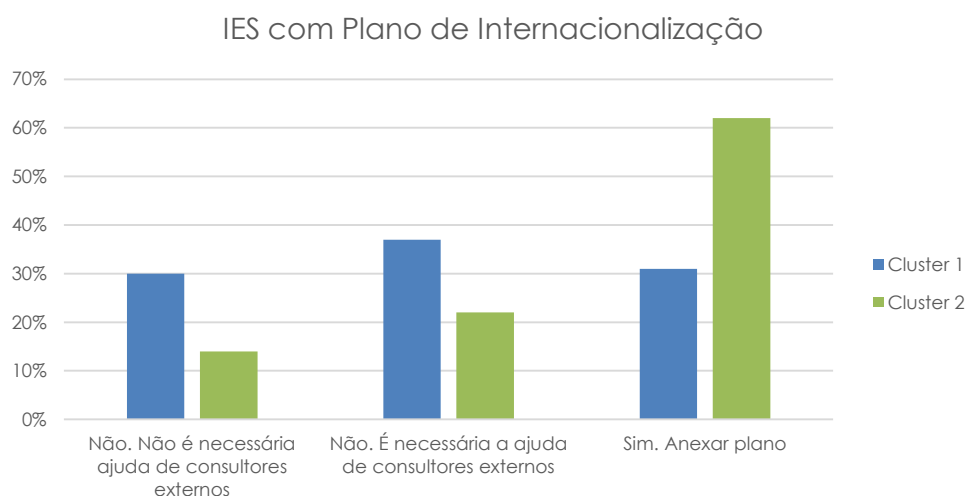


Figura 12 – Porcentagem de instituições com plano de internacionalização incluído no Plano de Desenvolvimento Institucional.

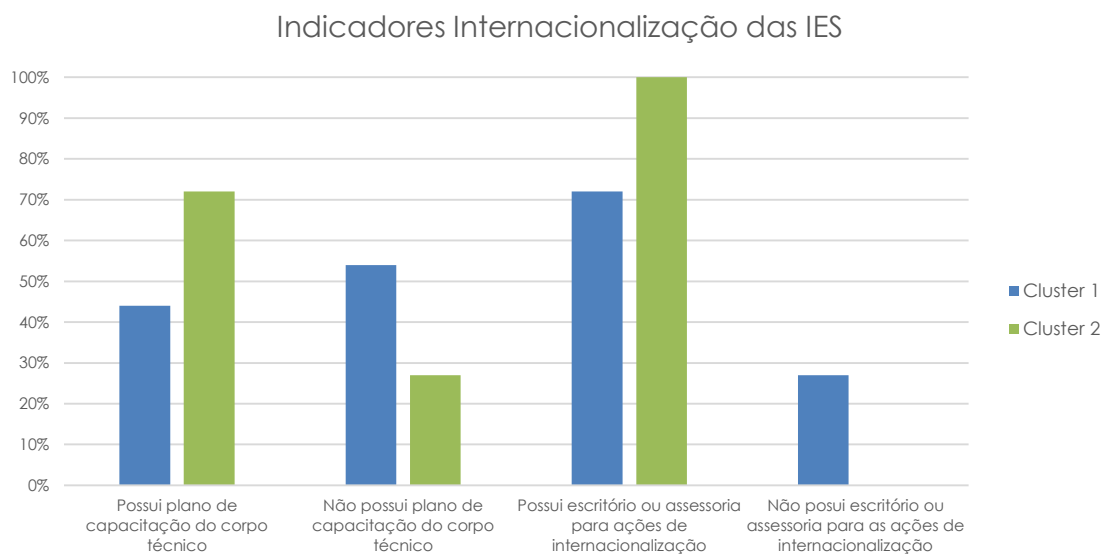


Figura 13 – Porcentagem de instituições, por agrupamento, em relação a dois indicadores internos de internacionalização.

Em relação a páginas da web dos cursos de pós-graduação, o agrupamento 1 afirmou que, em média, 1,97 de suas páginas estão em outro idioma, o que corresponde a 2,27% das páginas de PPG desse agrupamento. Para o agrupamento 2, em média, 25,70 páginas encontram-se em outro idioma, correspondendo a 37,84%. Mesmo que com maiores valores para o agrupamento 2, nem metade das páginas de cursos de pós-graduação brasileiras possuem uma versão em outro idioma. Esse é um dado conflitante, por exemplo, se levarmos em consideração o número de bolsas em países estrangeiros implementadas durante o CsF e de igual forma a resposta anterior, onde 100% das IES do agrupamento 2 possuem um escritório dedicado às relações internacionais.

Política de egressos e recepção de estrangeiros

As respostas a seguir dizem respeito à política de egressos e recepção de estrangeiros. A mobilidade é de extrema importância na educação superior, pois permite a preparação de estudantes que se tornarão profissionais com visões globalizadas; igualmente é importante pelos conhecimentos que o estudante, professor ou pesquisador aporta mediante seu retorno à instituição, ao seu grupo de pesquisa e laboratório, capaz de impactar muitos outros que não tiveram a oportunidade de sair do país.

O segundo bloco de respostas mostra o outro lado da mobilidade, a vinda de estrangeiros para o Brasil, como as IES estão organizadas em termos de estrutura física e de pessoal para recepção de estudantes, professores e pesquisadores estrangeiros.

Foi questionada a política de absorção de experiência acadêmica internacional dos docentes e discentes, a política mais utilizada pelo agrupamento 1, 25% das IES, é solicitar um relatório, já 10% do agrupamento 2 afirmou, na mesma proporção, que solicitam um relatório, a publicação de artigos e livros e a inclusão de discentes e docentes nas PPGs para melhoria dos programas (Figura 14). As respostas das IES foram quase que as mesmas, em se tratando do relatório técnico-científico. Vale ressaltar, porém, que o relatório é uma exigência de egresso das instituições de fomento, ou seja, para todos os bolsistas e missões de trabalho, relatórios técnico-científicos são exigidos para conclusão do processo junto à agência de fomento e que apenas o relatório não indica real apropriação do conhecimento.

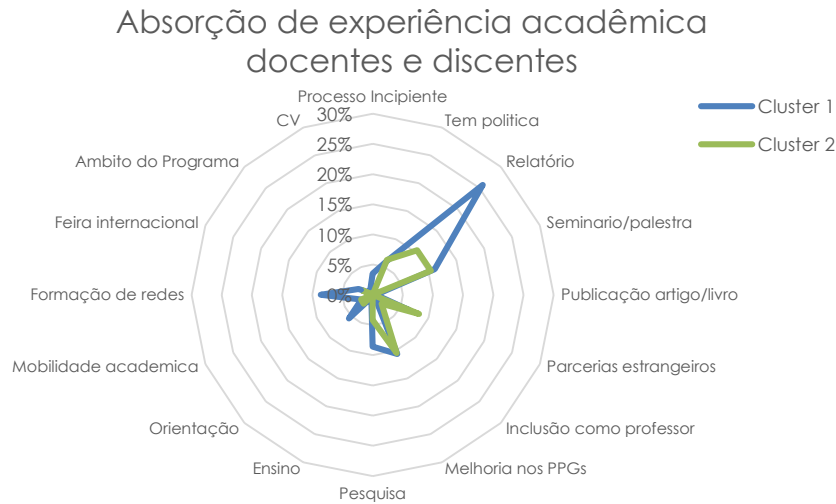


Figura 14 – Porcentagem de respostas das IES sobre a política interna da instituição para absorção da experiência acadêmica de docentes e discentes.

Quando questionadas se tinham ou não condições de receber visitantes estrangeiros, 83,7% das IES disseram que sim, e quando solicitadas a descrever os mecanismos utilizados para a recepção de estudantes, professores e pesquisadores estrangeiros, 30% das IES do agrupamento 1 afirmaram oferecer bolsa e 30% oferecem acesso ao banco de dados digital como o Periódicos Capes. O agrupamento 2 respondeu diferentemente a essa questão, com 50% das IES oferecendo acesso aos laboratórios, outra grande parte das instituições (41%) oferece auxílio financeiro para instalação e auxílio via Departamento Internacional da Instituição (Figura 15).

Mecanismos utilizados para receber estudantes estrangeiros

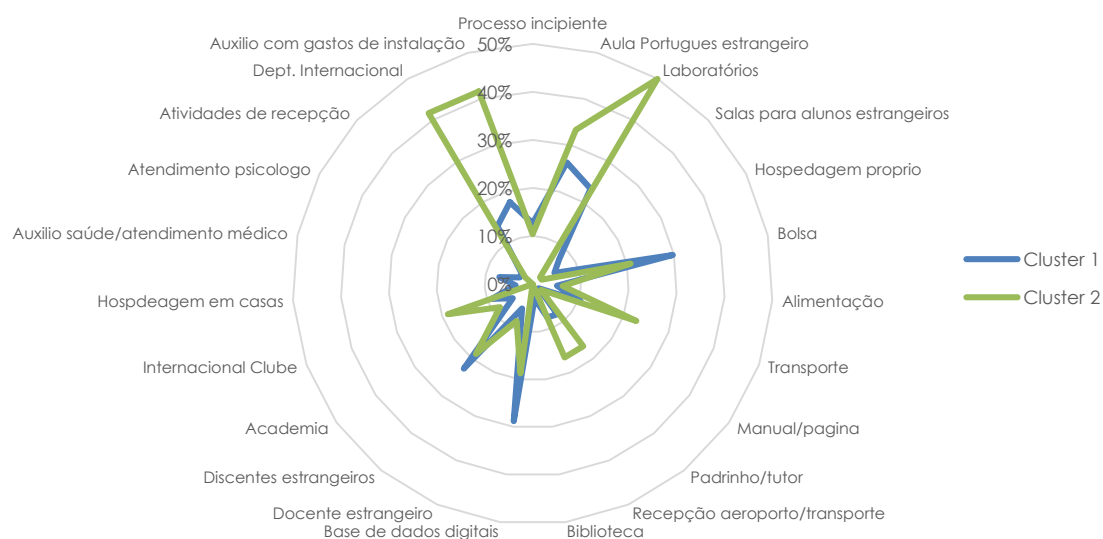


Figura 15 – Percentual de IES que afirmaram utilizar determinado mecanismo para recepcionar estudantes estrangeiros nas universidades brasileiras, divididas em agrupamentos.

As duas questões seguintes são parecidas e aqui representadas conjuntamente divididas por agrupamentos. Em uma pergunta foi questionado se existe na IES um plano de atração e fixação de docentes e pesquisadores do exterior, e na outra questão se existe um plano para discentes. Proporcionalmente, o número de instituições do agrupamento 2 que possuem plano de fixação de estrangeiros é sempre maior do que o agrupamento 1. E para os dois agrupamentos, existem maior quantidade de IES com planos de fixação de discentes, o que demonstra uma dificuldade na fixação de docentes e pesquisadores estrangeiros nas IES (Figura 16).

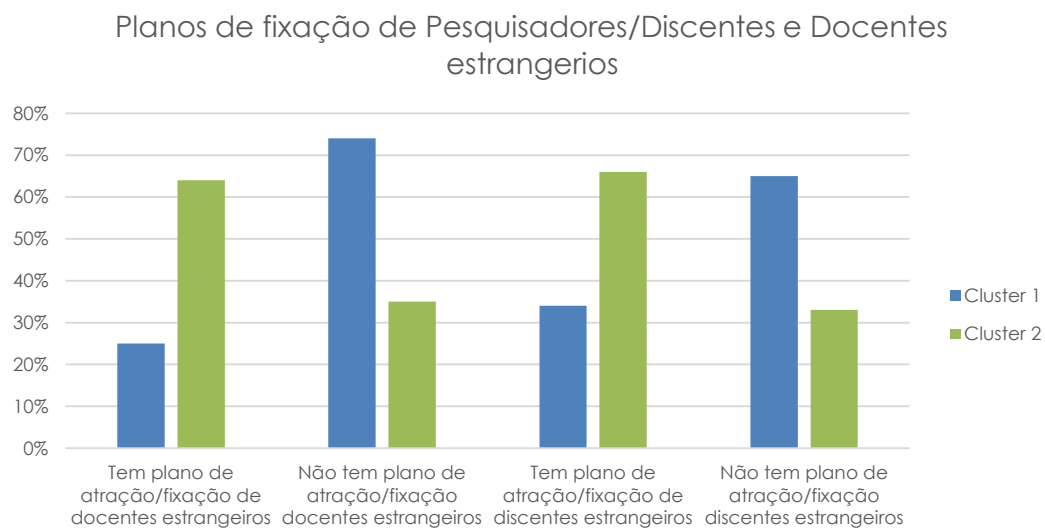


Figura 16 – Percentual de instituições que possuem planos de fixação de pesquisadores discentes e docentes estrangeiros em suas universidades.

PROJETO DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Existem diferentes visões sobre como uma IES deve organizar sua internacionalização e, baseado no aprendizado do maior programa nacional (CsF), em termos de números, essa segunda parte do questionário buscou respostas sobre como as IES planejam o futuro da internacionalização de suas PPGs.

Inicialmente, em relação a como o financiamento e gestão da internacionalização deveriam ser implementados nas IES, entre 4 alternativas fornecidas, os dois agrupamentos em sua maioria indicaram a opção que deveria ser liberado um montante global de recursos a ser administrado internamente pelas IES, com 57,5% das respostas do agrupamento 1 e 47,9%, do agrupamento 2. A quarta opção seria descrever outra forma de financiamento e gestão, e apenas 2,5% e 6,25% dos agrupamentos 1 e 2, respectivamente, escolheram essa alternativa. Todavia a figura 17 representa essas formas alternativas descritas pelas instituições. Ambos os agrupamentos mencionaram (28%) novamente a autonomia da IES que já estava contemplada como a segunda opção da questão. Em torno de 27% do agrupamento 1 elegeu um departamento interno da instituição como principal responsável pela gestão de recursos (Figura 17).

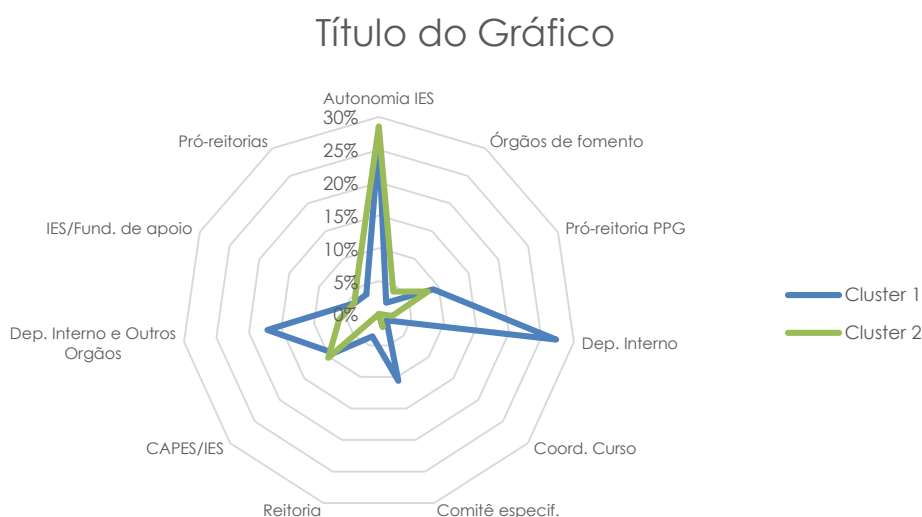


Figura 17 – Percentual de instituições que mencionaram outras fontes para gestão dos recursos do plano de internacionalização.

Em outra questão foi colocado para a instituição se ela teria condições de implementar um programa próprio de internacionalização, e 50,5% do agrupamento 1 afirmou que sim enquanto 43,3% afirmaram que em parte. No agrupamento 2, 52,0% das IES tem condições de implementar um próprio programa enquanto que 45,8% afirma que só parcialmente teriam condições.

A seção do questionário sobre o formato ideal do projeto de internacionalização das instituições continha diversas questões discursivas e cujas respostas foram, por vezes, sobrepostas. Portanto, decidimos fragmentar as respostas em categorias como: o tipo de apoio, fomento, diretrizes e gestão de recursos e do programa.

Em relação às formas ou tipo de apoio que deveriam ser idealmente conferidos às instituições para implementação do plano de internacionalização, ambos os agrupamentos responderam da mesma forma indicando que apoio para formação de docentes e corpo técnico bilíngue, é prioritária, seguida do apoio à formação de redes acadêmicas internacionais (Figura 19). Em se tratando do tipo de fomento ideal, a figura 19 mostra que as tendências de resposta são diferentes entre os agrupamentos. Para o agrupamento 1, fomento direcionado a parcerias internacionais e formação de corpo técnico e docentes em língua estrangeira são prioritárias. O agrupamento 2, elegeu o fomento a cursos internacionais como prioritário, idealmente (Figura 20).

Forma ideal de Internacionalização Tipos de Apoio

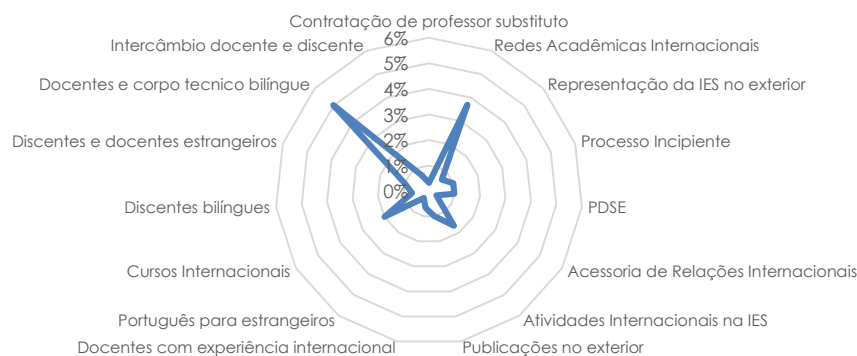


Figura 19 – Tipos de apoio citados pelas instituições como parte de um programa ideal de internacionalização.

Forma Ideal de Internacionalização Tipos de fomento



Figura 20 – Tipos de fomento citados pelas instituições como parte de um programa ideal de internacionalização.

Também dentro do conceito de um programa ideal para atender as demandas das instituições, foram citadas diretrizes para o novo programa. As diretrizes mencionadas e

representadas na figura 21 são distintas entre os agrupamentos. O agrupamento 1 cita duas diretrizes como principais: reciprocidade e solidariedade, e parcerias com instituições consolidadas. O agrupamento 2 mencionou apenas a criação de uma plataforma eletrônica como diretriz principal num plano ideal de internacionalização. Se tratando da gestão do programa, o gráfico da figura 22 ilustra que para o agrupamento 1, a gestão deve ser feita principalmente pelo departamento de internacionalização e que a IES deve ter autonomia nessa gestão. O agrupamento 2 indicou em iguais proporções que a gestão deve ser realizada pela coordenação do curso ou pela reitoria da IES (Figura 22).

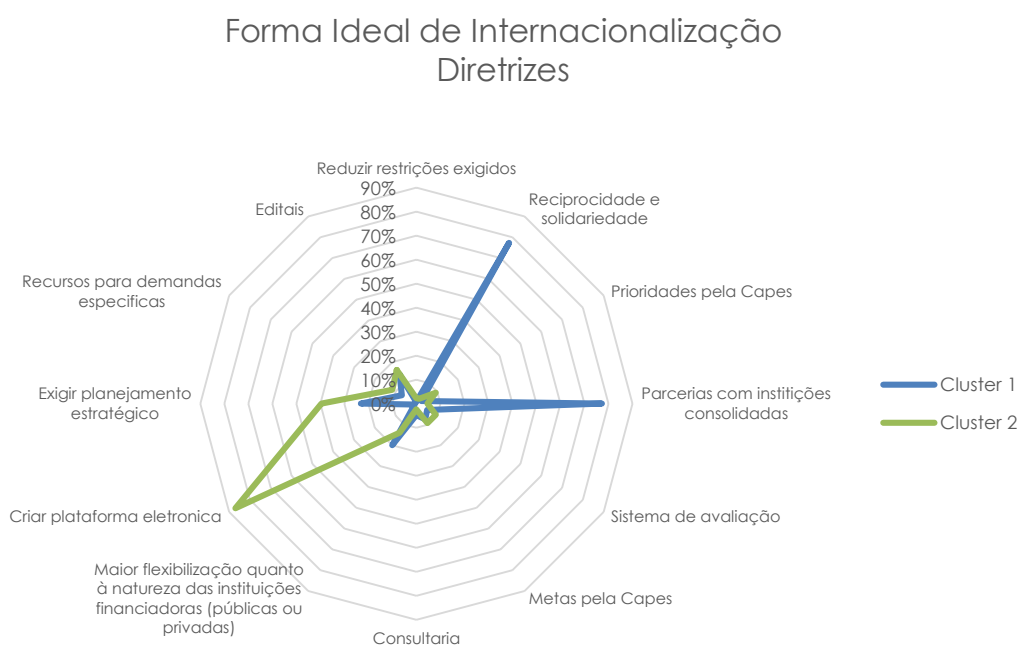


Figura 21 – Diretrizes citadas pelas instituições como parte de um programa ideal de internacionalização.

Forma Ideal de Internacionalização Gestão

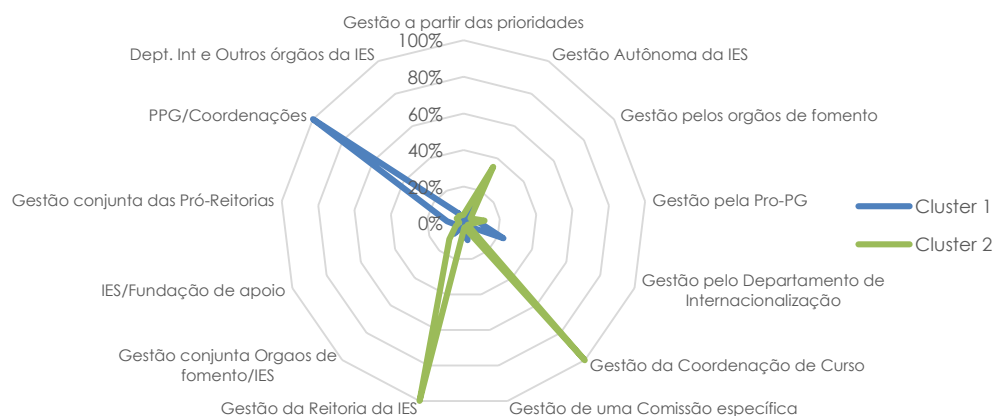


Figura 22 – Formas de gestão do programa mencionadas pelas instituições como parte de um programa ideal de internacionalização.

Questões internas foi outro tópico comum retirado das respostas das instituições em relação ao plano ideal de internacionalização, sendo relativo ao que, internamente, a instituição considera prioritário para o programa. Nem todas as respostas estão representadas no gráfico, pois muitas delas foram citadas apenas por uma instituição, o que fez com que a sua frequência fosse extremamente baixa. Para esse tópico de questões internas, os dois agrupamentos responderam da mesma forma, a maior parte das instituições citou que para que ocorra uma internacionalização de forma ideal é necessário um plano estratégico (Figura 23).

Forma Ideal de Internacionalização Questões Internas

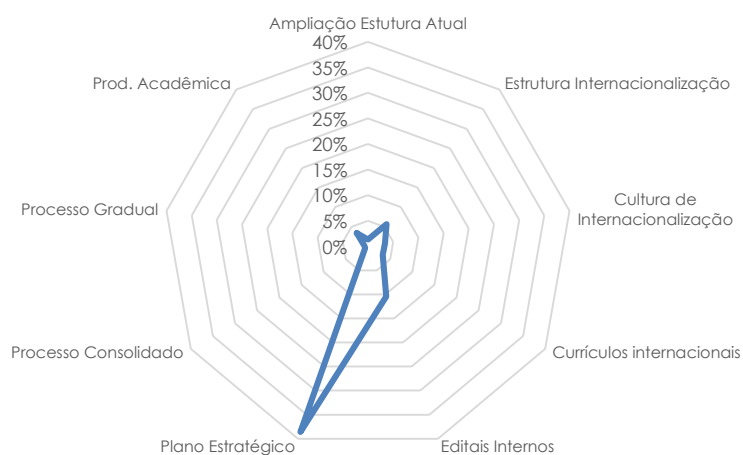


Figura 23 – Questões internas do programa mencionadas pelas instituições como parte de um programa ideal de internacionalização.

Continuando no tópico de implementação ou consolidação da internacionalização em cada IES, foi solicitado que essas enumerassem, em ordem de prioridade, alternativas de ações de internacionalização, de 1 a 11, pré-definidas pela Capes. Uma dessas alternativas constava o campo “outro” e um espaço onde a IES poderia descrever qual seria a prioridade que não foi contemplada pela Capes. Representado na figura 24, o agrupamento 1 elencou as cinco prioridades, na ordem: envio de professores para pós-doutorado no exterior; atração de professores estrangeiros visitantes no Brasil; formação de doutores com doutorado sanduíche no exterior; fixação na IES de doutor brasileiro com experiência no exterior e atração de professor visitante nacional sênior (com participação no plano institucional de internacionalização). Já no agrupamento 2 observamos as mesmas prioridades em ordem distinta: envio de professores para pós-doutorado no exterior; formação de doutores com doutorado sanduíche no exterior; atração de professores estrangeiros visitantes no Brasil; fixação na IES de doutor brasileiro com experiência no exterior e atração de professor visitante nacional sênior (com participação no plano institucional de internacionalização) (Figura 25).

Prioridades das ações no plano de internacionalização das IES - Cluster 1

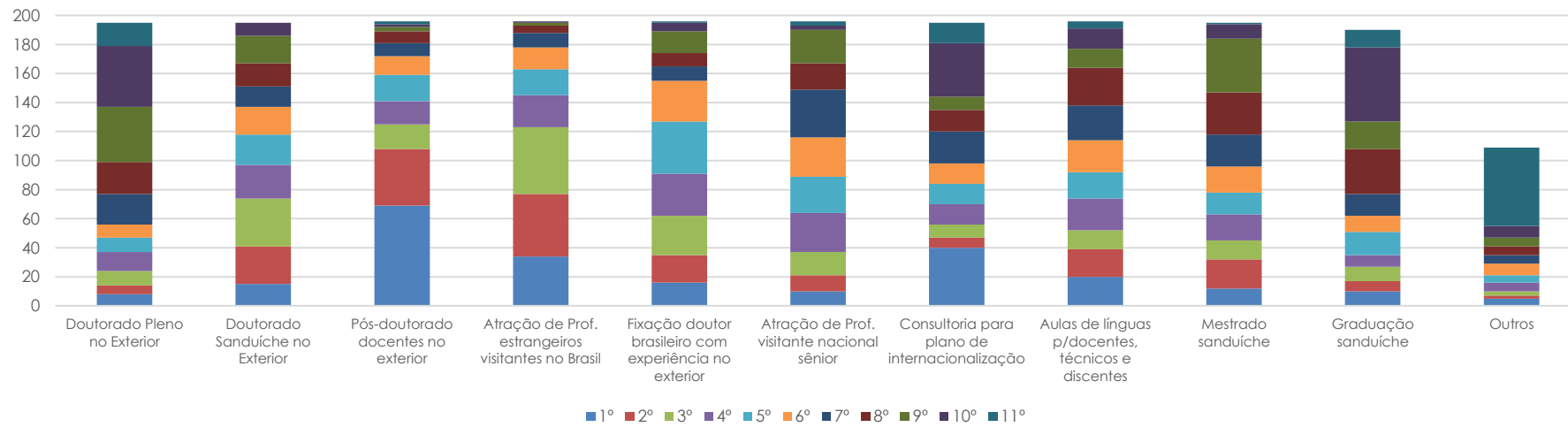


Figura 24 – Número de vezes que cada uma das ações de internacionalização foi mencionada, em ordem de prioridade, pelas IES componentes do agrupamento 1.

Prioridades Implementação do Plano de internacionalização nas IES - Cluster 2

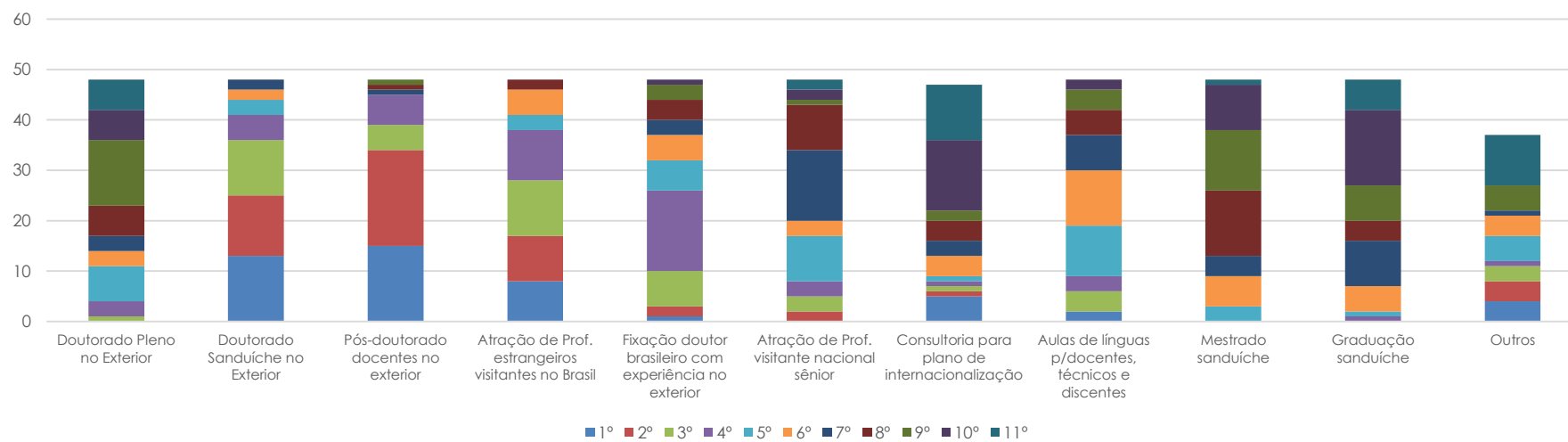


Figura 25 – Número de vezes que cada uma das ações de internacionalização foi mencionada, em ordem de prioridade, pelas IES componentes do agrupamento 2.

Em temas das demais prioridades não contempladas pela Capes, 30% das menções do agrupamento 1 foram atuação do docente como uma prioridade na internacionalização não mencionada, seguida pela atuação do discente (aluno) no exterior (29%) e a cooperação internacional (27%). O agrupamento 2 indicou em maior proporção como prioridade parcerias internacionais em pesquisa, com 22% das menções, seguida de atuação do docente no exterior, com 18,3% das menções (Figura 26).

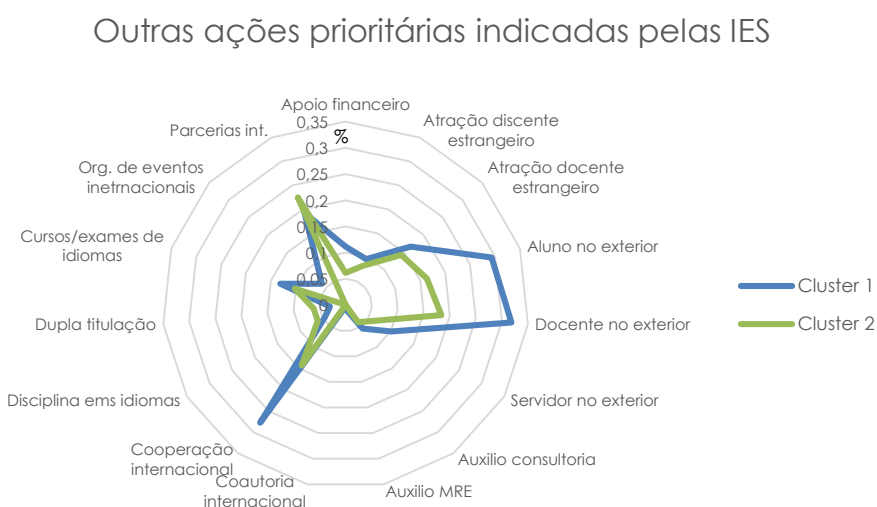


Figura 26 – Percentual de menções de outras ações prioritárias para o processo de internacionalização das instituições que não foram contempladas pela Capes.

A Capes, em seu papel de agência de fomento, vem realizando discussões a respeito da internacionalização das IES, com o objetivo de desenhar um novo programa de fomento adequado às suas necessidades. A internacionalização das Universidades Brasileiras é um processo necessário para que se permita que a educação superior se torne responsiva aos desafios de uma sociedade globalizada, mas deve ser entendida como um meio e, não, um fim em si mesmo. Com o final do programa Ciência sem Fronteiras (CsF) onde mais de 101.000 bolsas de estudos no exterior foram concedidas, projetos de colaboração e programas no exterior têm crescido, estudantes estrangeiros têm vindo estudar no país, assim como professores e pesquisadores brasileiros têm ido ao exterior para estudar e discutir resultados com parceiros estrangeiros.

O primeiro ponto que ficou claro, de posse dos dados respondidos pelas instituições, é que existem, pelo menos, dois grupos distintos de IES no Brasil em termos de internacionalização. Um dos grupos (agrupamento 2), nos últimos anos, vêm se aproveitando melhor das oportunidades de fomento oferecidas, o que reflete em um maior número de bolsas implementadas, maior número de acordos de cooperação internacional, e maior número de projetos. Porém, esse grupo também possui o maior número de cursos de pós-graduação (PPG), ou seja, permite uma ação ampla da instituição. O outro grupo, aqui denominado agrupamento 1, contém o maior número de instituições, mas contém o menor número de PPGs por IES, e os menores índices de internacionalização (menor número de bolsas implementadas, acordos, projetos, etc).

Essa divisão em agrupamentos foi essencial para não mascarar os dados. Em grande parte das respostas, os dois grupos responderam diferentemente. A não divisão causaria que as respostas do agrupamento 1 (198 IES) se sobrepujassem sobre o agrupamento 2 (48 IES). Para determinadas questões, ficou claro que as necessidades das IES de cada grupo são diferenciadas por se encontrarem em diferentes momentos do processo de internacionalização.

O segundo ponto entendido é que o processo de internacionalização nas IES Brasileiras não é mais incipiente. Existe, sim, uma forte tendência nacional à internacionalização passiva, com baixas taxas de atração de profissionais internacionais,

porém podemos considerar que esse é um cenário dinâmico, dado que a atração de professores visitantes estrangeiros já aparece entre as prioridades do processo de internacionalização das IES. A forma como o conhecimento obtido fora do país está sendo difundido e aproveitado internamente tem deixado a desejar, na medida em que apenas parte do segundo agrupamento afirma procurar incluir esses profissionais que foram qualificados no exterior em seus PPGs, procurando internalizar o conhecimento obtido.

Em termos de distribuição geográfica mundial, as IES mencionaram acordos com diferentes países em todo o mundo, porém as prioridades se mantêm entre a América do Norte e Europa. Portugal aparece citado pelo agrupamento 1 como um dos países prioritários para acordos e projetos de cooperação. Se observarmos os dados dos dois agrupamentos em conjunto, Portugal se torna o quinto país mais popular, provavelmente devido a compartilharmos a mesma língua. Não obstante, ao confrontarmos o fator de impacto das publicações em parceria, vemos que Portugal fica aquém do desejado. A China que é alvo prioritário de outros países em termos de mobilidade, como é o caso do Canadá, para o Brasil, não aparece entre os 10 primeiros países citados como prioritários para acordos que fomentem a internacionalização.

Quando se trata da modalidade de fomento ideal para internacionalização, o maior número de bolsas individuais implementadas foi de doutorado sanduíche no exterior. Porém quando questionados qual seria a modalidade ideal de fomento em um futuro programa, o pós-doutorado para docentes aparece como prioridade, indicando uma mudança de estratégia por parte das IES. No programa CsF, o maior número de bolsas individuais ficou com a graduação, seguida pelo doutorado sanduíche. A pesquisa atual evidenciou que a graduação não faz parte das prioridades de fomento em um programa de internacionalização para as IES, haja visto que, em um primeiro momento, as IES indicam outras prioridades como intercâmbio de docentes, doutorado sanduíche e professores visitantes do exterior.

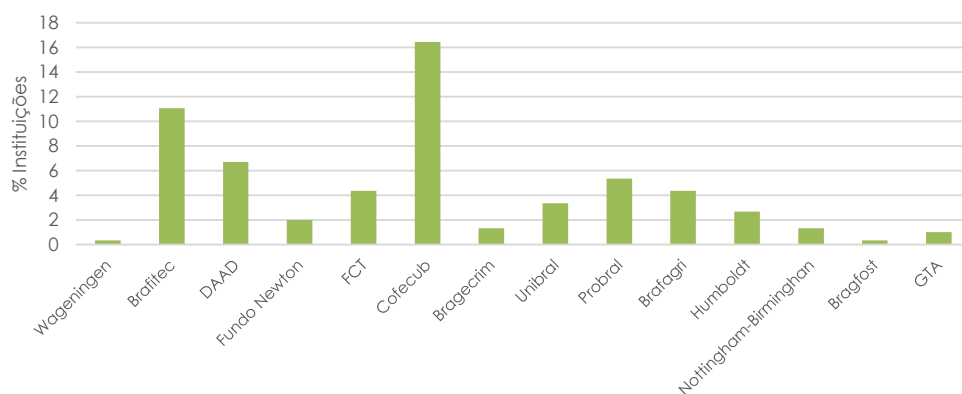
A maioria das IES concorda com a necessidade de um plano estratégico para internacionalização, o que está alinhado com a política atual da Capes para esse tema. Esse questionário atingiu o seu objetivo no tocante a orientar a Capes sobre a situação atual das IES, seus pontos fracos e planos futuros para um novo programa de internacionalização. Um programa que venha dar continuidade as ações de cooperação acadêmica internacional, que aperfeiçoe o processo de internacionalização naquelas

instituições que estão no estágio mais avançado do processo e inicie a internacionalização em outras que se encontram com o processo em fase incipiente.

O novo programa a ser desenvolvido e implementado pela Capes aumentará a autonomia das IES, incluindo a prerrogativa de definir o plano estratégico de internacionalização. As instituições terão de ser capazes de definir suas competências em termos de áreas de pesquisa prioritárias para internacionalização, com objetivos claros, utilizando-se de indicadores quantitativos e qualitativos para medir seu progresso. O plano deverá incluir treinamento em língua estrangeira para bolsistas antes de deixarem o país, assim como preparação em termos culturais e práticas para o intercâmbio. Além da mobilidade passiva, o plano tem que exibir clara mobilidade ativa, como estratégias para consolidação de parcerias internacionais e atração e fixação de pesquisadores estrangeiros no Brasil.

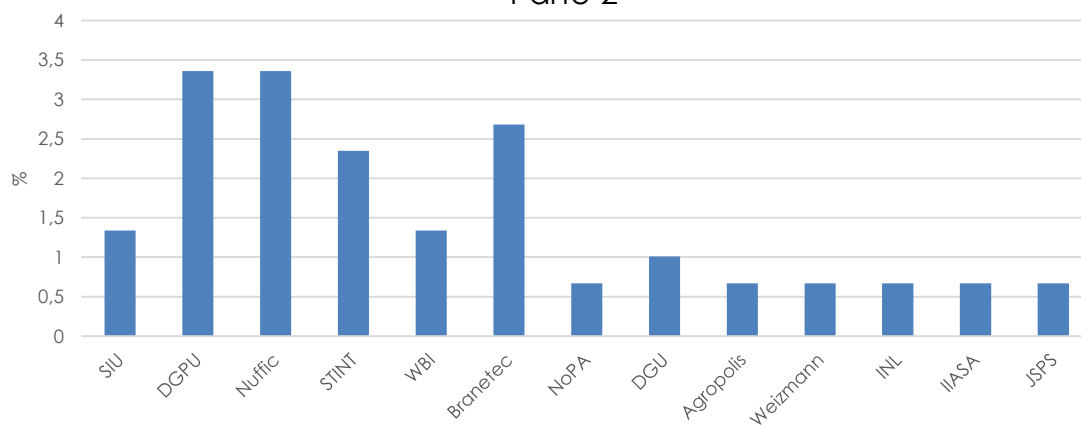
A internacionalização das universidades Brasileiras é necessária para tornar a educação superior responsiva aos requerimentos e desafios da sociedade globalizada. Essa pesquisa evidencia que o processo de internacionalização nas instituições brasileiras não é mais incipiente, porém são necessários ajustes a esse processo para torna-lo mais eficiente. A internacionalização das IES tem o potencial de transformar as vidas de estudantes e tem um papel cada vez maior para ciência através da intensa troca de conhecimento acadêmico, permitindo assim a construção de capacidades sociais e econômicas.

Programas cooperação Europa Parte 1



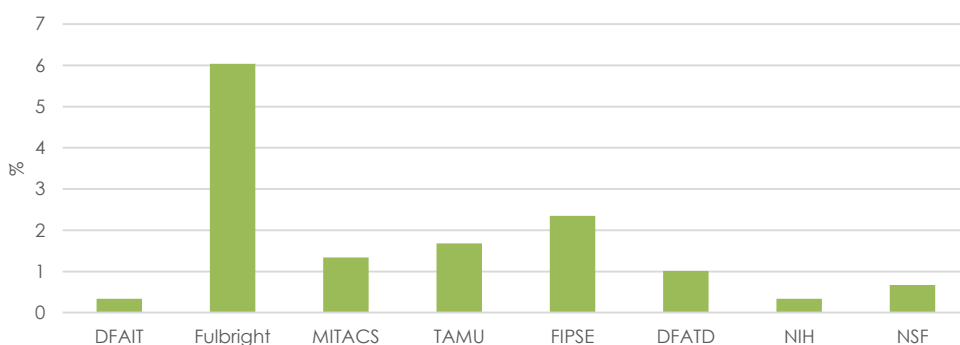
Anexo 1 – Primeira parte dos programas de cooperação entre Brasil e países Europeus mencionados pelas IES, em porcentagem de menções.

Programas de cooperação Europa Parte 2



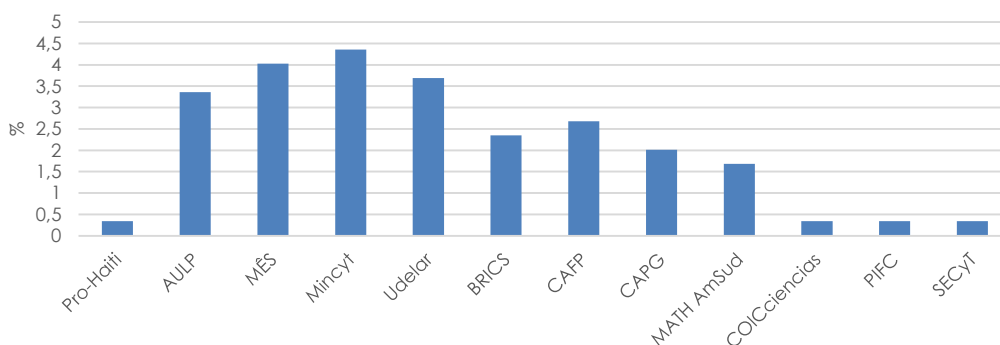
Anexo 2 – Demais programas de cooperação entre Brasil e países Europeus mencionados pelas IES, em porcentagem de menções.

Programas de cooperação América do Norte

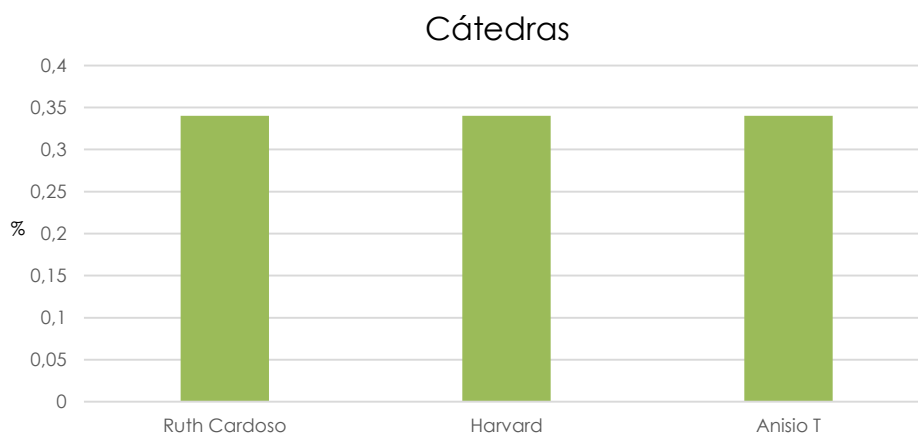


Anexo 3 – Programas de cooperação entre Brasil e países da América do Norte mencionados pelas IES, em porcentagem de menções.

Programas de cooperação Cone-Sul, África e demais países



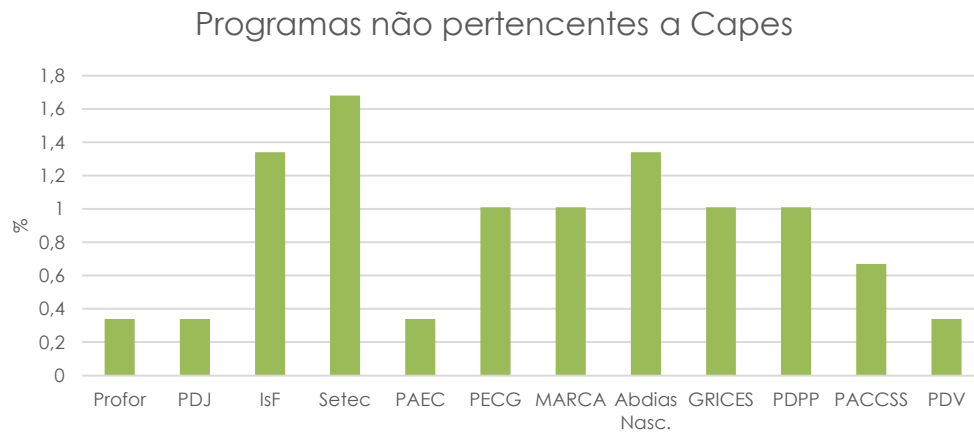
Anexo 3 – Programas de cooperação entre Brasil e África, Cone-Sul e demais países citados pelas IES, em porcentagem de menções.



Anexo 4 – Cátedras citadas pelas IES, em porcentagem de menções.



Anexo 5 – Porcentagem de programas de outras diretorias mencionados pelas instituições.



Anexo 6 – Porcentagem de programas não pertencentes à Capes que foram citados pelas instituições.

www.capes.gov.br



 **CAPES**

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

 **BRASIL**
GOVERNO FEDERAL